

1. A Lei 8.112/90, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos servidores públicos civis da União, estabelece, entre outros dispositivos que:

a) A ação disciplinar prescreverá em cinco anos, quanto às infrações puníveis com demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade e destituição de cargo em comissão (X).

b) A penalidade de advertência terá seu registro cancelado após o decurso **de dois anos** de efetivo exercício.

c) A penalidade de suspensão poderá ser convertida em multa, na base de **60%** por dia de vencimento ou remuneração, ficando o servidor obrigado a permanecer em serviço.

d) O cancelamento da penalidade **poderá gerar** efeitos retroativos.

e) A **repreensão verbal** consiste na sanção aplicável às infrações disciplinares consideradas leves.

2. Com base na Lei 8.112/90, é INCORRETO afirmar que:

a) a abertura de sindicância ou a instauração de processo disciplinar interrompe a prescrição, até a decisão final proferida por autoridade competente.

b) a autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar.

c) da sindicância poderá resultar aplicação de penalidade de advertência ou suspensão de, **no mínimo, 30 (trinta) dias**.

d) o prazo para conclusão da sindicância não excederá 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da autoridade superior.

e) como medida cautelar e a fim de que o servidor não venha a influir na apuração da irregularidade, a autoridade instauradora do processo disciplinar poderá determinar o seu afastamento do exercício do cargo.

3. De acordo com a Lei 8.112/90, o processo disciplinar se desenvolve, respectivamente, nas seguintes fases:

a) instauração, instrução, defesa e julgamento.

b) instauração, inquérito administrativo, julgamento e relatório.

c) inquérito administrativo, instrução, defesa e relatório.

d) **instauração, inquérito administrativo e julgamento**.

e) inquérito administrativo, instrução, relatório e julgamento.

4. De acordo com o art. 37 da Constituição da República, é correto afirmar que:

a) os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros **e estrangeiros** que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei.

b) a investidura em cargo, **função** ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei.

c) as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

d) lei **complementar** estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.

e) a proibição de acumular **não** se aplica a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público.

5. (ANULADA POR INCOMPLETUDE NO ENUNCIADO) São deveres do administrado perante a Administração, sem prejuízo de outros previstos em ato normativo:

a) expor os fatos conforme a verdade.

b) proceder com lealdade, urbanidade e boa-fé.

c) não agir de modo temerário.

d) prestar as informações que lhe forem solicitadas e colaborar para o esclarecimento dos fatos.

e) obedecer ao princípio do devido processo legal.

GABARITO DEFINITIVO

1-A

2-C

3-D

4-C

5- Anulada